

RECÔNCAVO

ISSN 2238 - 2127

AS RESTRIÇÕES IMIGRATÓRIAS NA *REVISTA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO* (1940-1945)

Thaíla Guimarães de Queiroz¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo a apresentação de um dos métodos utilizados pelos grandes teóricos do Estado Novo brasileiro para difusão de seus ideais e expectativas acerca das correntes migratórias que aqui desembarcaram durante este período. As estratégias utilizadas por homens, como por exemplo, Oliveira Vianna, foram as mais variadas possíveis. Desde realização e publicação de estudos particulares sobre o tema da imigração, elaboração de propostas e participação em eventos à formulação de políticas, nas quais o objetivo principal era selecionar o imigrante ideal, portanto desejável e restringir a entrada do alienígena, portanto indesejável. Com este objetivo, foi elaborada em 1940 a Revista de Imigração e Colonização que, segundo seus organizadores deveria servir como um manual de conduta da população brasileira com relação ao imigrante.

Palavras-chave: Estado Novo, Oliveira Vianna, Revista de Imigração e Colonização.

ABSTRACT: This work aims at presenting one of the methods used by major theorists of the Brazilian New State to disseminate their ideals and expectations about the migratory flows that landed here during this period. The strategies used by men, such as Oliveira Vianna, were the most varied possible. Since completion and publication of private studies on the subject of immigration, drafting proposals and participation in events to policy formulation, in which the main objective was to select the ideal immigrant, and therefore desirable to restrict the entry of the alien, therefore

¹ Mestranda em História Política e Social e Política do Brasil da Universidade Salgado Oliveira (UNIVERSO, Niterói).

undesirable. For this purpose, was drawn in 1940 the Magazine of Immigration and Colonization which, according to its organizers should serve as a manual of conduct of the population regarding the immigrant.

Keywords: New State, Oliveira Vianna, Magazine of Immigration and Colonization.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo tem por objetivo a apresentação de um dos métodos utilizados pelos grandes teóricos do Estado Novo brasileiro para difusão de seus ideais e expectativas acerca das correntes migratórias que aqui desembarcaram durante este período. As estratégias utilizadas por homens, como por exemplo, Oliveira Vianna, foram as mais variadas possíveis. Desde realização e publicação de estudos particulares sobre o tema da imigração, elaboração de propostas e participação em eventos à formulação de políticas, nas quais o objetivo principal era selecionar o imigrante ideal, portanto desejável e restringir a entrada do alienígena, portanto indesejável.

Contudo, apesar destas ações e da constante inserção do tema na agenda política do país, era segundo estes teóricos, necessário conscientizar a população dos “perigos” que uma imigração desordenada poderia trazer. Para tanto, foram projetadas na figura dos imigrantes características pouco atrativas a sociedade da época, que vivia a sombra de acontecimentos marcantes como o fantasma do Levante Comunista de 1935, a crise da economia agroexportadora e o aumento da população urbana em virtude do início do projeto de industrialização brasileiro, o que de certo modo provocou disputas entre os operários em busca de mercado de trabalho.

Para conscientizar a população foi criada em 1940 a Revista de Imigração e Colonização, periódico vinculado ao Conselho de Imigração e Colonização que por sua vez vinculava-se ao governo federal como mais um dos órgãos criados durante o Estado Novo para a promoção do nacionalismo modernizador e organização técnica do país, porém possuindo como objetivo principal questões ligadas a imigração, demografia e território (BELARMINO, 2012, p. 60).

É na Revista de Imigração e Colonização que encontraremos em forma de discursos a concepção de teóricos e, em alguns casos do próprio presidente sobre a

imigração e seus possíveis desdobramentos. Neste artigo e consequentemente na pesquisa ao qual este se vincula - nossa dissertação de mestrado, a Revista de Imigração e Colonização constitui-se como principal fonte de análise, pois nela encontramos além de alguns princípios formadores do pensamento social do Estado Novo, dados estatísticos sobre a imigração no período assim como legislação e notícias da época.

Este texto possui como aporte as dimensões da Nova História Política porque a entendemos como um campo da História que privilegia objetos de estudo enfocados no poder e nos desdobramentos provenientes das relações entre poderes. Segundo José D' Assunção Barros a Nova História Política se consolidou em 1980 quando os trabalhos historiográficos passaram a privilegiar não só as relações de poder praticada exclusivamente com a política dos grandes homens e grandes Estados como também suas modalidades na vida cotidiana (BARROS, 2004, p. 107)

No que tange à abordagem das fontes, a análise do discurso se faz presente porque partimos da ideia de que toda linguagem possui uma carga de opinião e significados, que devem ser levados em conta quando analisadas a partir de seu contexto histórico. Além disso, ideologias também podem ser transmitidas através do discurso, sendo, portanto em alguns casos o discurso produto de uma ideologia. Segundo Helena Brandão² o discurso é o ponto de articulação entre ideologia e a linguagem, é também sinônimo de interação. Brandão define ideologia como "uma concepção de mundo de uma comunidade social numa determinada circunstância histórica" (BRANDÃO, 2004) estas por sua vez, selecionam suas realidades e as transmitem através do discurso.

Nossas fontes primárias são as edições da *Revista de Imigração e Colonização* publicadas entre os anos de 1940 e 1945. Estes exemplares podem ser encontrados tanto no acervo de periódicos da Fundação Biblioteca Nacional quanto na Casa Oliveira Vianna e recentemente foram disponibilizados na internet pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, SEADE. Os periódicos utilizados neste trabalho sustentam a abordagem do referido objeto à medida em que, através destes, será

² BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2ª ed.ver. Campinas, São Paulo: editora da Unicamp, 2004.

possível perceber o empenho da elite e do governo tanto para formar uma nação quanto para fazer – se entender.

O CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Durante o Estado Novo a criação de conselhos, comissões, autarquias e instituições serviam não só como canais de comunicação entre o governo federal e os estados, municípios e setores industriais, como também fazia parte do projeto de modernização do país. Entre os conselhos criados a partir do artigo 103 da Constituição de 1934, cuja finalidade era auxiliar o Estado na formulação de políticas e ações para as diversas áreas, se destacaram os seguintes: o Departamento Nacional do Café (1943), em substituição ao Conselho Nacional do Café (1931); o Conselho Federal de Comércio Exterior (1934); o Conselho Técnico de Economia e Finanças (1936); o Conselho Federal de Serviços Públicos (1936), que foi depois substituído pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (1938); o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939); o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (1943) e a Comissão de Planejamento Econômico (1944).

Além destas instituições, voltadas para a organização técnica do país, outros órgãos foram criados com objetivo de cuidar dos aspectos sociais do país. Com este objetivo de formar ou melhorar a composição racial brasileira por via do controle da imigração, outro conselho foi criado durante o Estado Novo: O Conselho de Imigração e Colonização, o CIC³. Criado no dia 4 de maio de 1938 com base no decreto – lei nº 406⁴, foi o órgão responsável pelo controle e organização da entrada de imigrantes no Brasil. Sua formulação inicial foi feita por Oliveira Vianna em 1935, um influente intelectual nacionalista que defendia, desde a década de 1920, a entrada de imigrantes com um bom “coeficiente de miscigenação” (KOIFMAN, 2002, p. 103), ou seja, pessoas que facilmente seriam absorvidas pela população brasileira (LESSER, 1995, p. 123). Neste período, Oliveira Vianna defendia a imigração de portugueses e espanhóis por serem altamente assimiláveis e descartava os de origem judaica, que, para ele, possuía coeficiente de miscigenação equivalente a zero.

³Sigla utilizada em referência ao Conselho de Imigração e Colonização.

⁴*Revista de Imigração e Colonização*, ano I. Nº 1, janeiro de 1940, p.9.

O Conselho de Imigração e Colonização estava localizado no Palácio Itamaraty, e a primeira sessão foi realizada em 26 de setembro de 1938. Inicialmente, sua principal função era a de orientar os serviços de colonização, entrada, fixação e distribuição de estrangeiros no território brasileiro. Os principais membros do CIC, nomeados formalmente por Getúlio Vargas tão logo a criação do Conselho, eram, João Carlos Muniz, Attila Monteiro Aché, Aristóteles de Lima Camara, Arthur Hehl Neiva, Dulphe Pinheiro Machado, José de Oliveira Marques, Luiz Betim Paes Leme⁵.

Dentre os principais serviços prestados pelo CIC em seu primeiro ano de atividade estava o esclarecimento de dúvidas com relação aos casos omissos nas leis referentes à imigração; o estudo das características das principais correntes imigratórias, assim como a fixação desses grupos nas regiões onde considerassem ser propício o assentamento de imigrantes e o estabelecimento de tratados bilaterais com aqueles países cujas populações reuniam o perfil de imigrantes interessantes para entrada no Brasil. O Conselho de Imigração e Colonização se responsabilizou também pelo registro de serviço, entrada e saída de estrangeiros. Além de por em prática as disposições do decreto – lei que deu origem ao próprio Conselho.

As bases para a criação do Conselho de Imigração e Colonização podem ser encontradas no Decreto – Lei nº 406, de 4 de maio de 1938. Além da justificativa para a criação do conselho, neste decreto podemos encontrar diversos outros tópicos acerca da entrada de estrangeiros no país, como entrada de estrangeiros, classificação de estrangeiros, quotas de entrada, tratados bilaterais; fiscalização, identificação e registro, hospedagem e encaminhamento, concentração e assimilação.

A REVISTA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

No texto de apresentação da Revista de Imigração e Colonização, João Carlos Muniz presidente do Conselho de Imigração e Colonização apontou o principal motivo para elaboração do periódico. De acordo com Muniz, para que houvesse um melhor aproveitamento da capacidade territorial brasileira, era preciso resolver antes as questões ligadas à falta ou excesso de população, que se tratando da brasileira, ainda se encontrava em estágio de formação.

⁵ *Revista de Imigração e Colonização*, p.9.

João Carlos Muniz ressaltou ainda que os problemas demográficos do país seriam solucionados através do estabelecimento de contato entre a população local e os recém-chegados. Esse contato seria fator essencial para o progresso, uma vez que a extensão territorial brasileira oferecia condições favoráveis à entrada de grupos de imigrantes. Apesar do claro incentivo a vinda de correntes migratórias, Muniz defendeu a teoria de que, para um melhor aproveitamento deste fluxo, se fazia necessário e era dever do Estado programar, selecionar e dirigir estas correntes.

Inicialmente, o objetivo geral da Revista era “divulgar fatos relativos aos problemas demográficos brasileiros”⁶, assim como levar ao conhecimento da população relatórios, pareceres e resoluções do próprio Conselho de Imigração e Colonização, tal como pesquisas e opinião dos principais teóricos sobre a temática da imigração. Ao final de seu discurso, o autor justificou a existência da revista afirmando que sua elaboração contribuiria para “criar na opinião do país uma melhor compreensão desses problemas”⁷, neste caso, problemas ocasionados pela ausência de uma regulamentação das políticas imigratórias.

O primeiro volume da Revista de Imigração e Colonização, publicado em janeiro de 1940, contou ainda com um relatório intitulado “Primeiro ano de trabalhos do Conselho de Imigração e Colonização” assinado pela Secretaria do Conselho, nesta época representada pelo secretário de Embaixada Jorge Emilio de Sousa Freitas. O texto dividido em oito tópicos e mais uma versão em francês justifica em primeiro lugar a necessidade de políticas imigratórias e em seguida a existência do próprio Conselho e suas atividades. Os tópicos “imigração portuguesa”, “visitas oficiais”, “permanência e registro de estrangeiros”, “migrações de nordestinos” e “A guerra na Europa e sua repercussão nos trabalhos do Conselho” demonstram que a preocupação com os movimentos migratórios abrangia todo território nacional e também as relações do Brasil com outros países.

O discurso apresentado por João Carlos Muniz traduz o pensamento da elite intelectual brasileira dos anos de 1940, ainda voltado para a retórica antiliberal. O

⁶ Revista de Imigração e Colonização, nº. 1, ano I, janeiro de 1940, p. 3.

⁷ Revista de Imigração e Colonização, nº. 1, ano I, janeiro de 1940, p. 4.

historiador João Marcelo E. Maia⁸ afirma que a elite dos anos de 1940 formada no alvorecer da Primeira República estava imbuída de um pensamento crítico com relação ao ordenamento liberal – federalista da Constituição de 1891. Além disso, a crítica ao liberalismo político por parte de intelectuais como, por exemplo, Oliveira Vianna, baseava – se na tradição intervencionista imperial e apego a ideia da construção da nação a partir do papel civilizador do Estado centralizado.

Entre as décadas de 1930 e 1940, especificamente entre os anos de 1937 e 1945, anos de vigência do Estado Novo de Getúlio Vargas, o governo brasileiro concentrou esforços no projeto de centralização político – administrativa e construção de uma identidade nacional brasileira. Este projeto abriu espaço para a inserção de diversas camadas da sociedade na arena política, incluindo os intelectuais críticos do modelo liberal que eram ao mesmo tempo teóricos das mais variadas áreas do conhecimento.

Sobre a participação intelectual no projeto político estado – novista Velloso (1987) sinaliza que no Brasil, até a década de 1930 não havia uma identificação deste grupo nem com a sociedade e muito menos com o Estado, uma vez que os intelectuais buscaram sempre se distinguirem do conjunto, tanto através “dos ideais da ciência e da racionalidade (geração de 1870), como da arte ou intuição (geração de 1920)” sempre permeada pela ideia de portadores da consciência nacional.(Idem, p.3)

Segundo Velloso, a transformação da concepção dos intelectuais ocorreu a partir da década de 1930 quando este grupo passou a interpretar o Estado como representante da ideia de nação além de coordenador do corpo civil, já que a corporificação do Estado feita por estes intelectuais sugeria que o Estado era “cérebro” capaz de coordenar e fazer funcionar harmonicamente todo organismo social”.

Esta concepção recebeu ênfase durante o período do Estado Novo, pois, a política implementada por Getúlio Vargas neste período respaldou as preocupações do grupo intelectual. Foi o Estado Novo o período de maior engajamento e participação intelectual na política brasileira. De acordo com Mônica Pimenta Velloso.

⁸ MAIA, João Marcelo E. Intelectuais, política e vida estatal: Vicente Licínio Cardoso como prefeito de São Gonçalo. IN.: PRADO, Maria Emilia (org.). *Intelectuais e ação política*. Rio de Janeiro: Revan, 2011, pp. 163 -186.

“O período do Estado Novo é particularmente rico para a análise de relação entre os intelectuais e Estado, já que neste mesmo período se revela a profunda inserção deste grupo social na organização político – ideológico do regime.” (VELLOSO, 1987, p. 4)

A crítica ao liberalismo esteve presente nos debates intelectuais, tanto que após o golpe de 1937 o uso da expressão “Estado Novo” se caracterizou como uma tentativa de busca pela essência do Brasil. Por este motivo, quando o governo se fez presente em todas as esferas da sociedade, a participação dos intelectuais tornou – se obrigatória, pois sua atuação e principalmente retórica antiliberal deveriam estar em consonância com as ações do Estado.

Coube ao intelectual o papel de tradutor e transmissor. Tradutor dos anseios da massa e transmissor do discurso oficial do regime. “(...) um dos postulados centrais do pensamento político autoritário, que é o de entender a sociedade como um ser imaturo, indeciso e, portanto, carente de um guia capaz de lhe apresentar normas de ação e conduta” (Idem, p.17)

A política personalista de Vargas impunha, ao mesmo tempo em que estimulava uma nova “missão” aos grandes pensadores da época, transformar teoria em prática de modo que a socialização do regime fosse alcançada. Assim a partir do Estado Novo “O trabalho intelectual – agora engajado nos domínios do Estado – deve traduzir as mudanças no plano político.” (Idem, p. 11)

De acordo com Velloso a atuação intelectual durante o Estado Novo manteve – se na perspectiva missionária de guia dos destituídos como nas décadas anteriores, contudo, a partir de 1937 foi adicionada a esta função a responsabilidade de popularização daquilo que era oficial. E com este intuito, muitos teóricos da época buscaram elaborar dispositivos dos mais diferentes matizes como forma de internalizar na sociedade o ideal do governo. Podemos afirmar que a Revista de Imigração e Colonização, criada em 1940 pelo Conselho de Imigração e Colonização foi um dos dispositivos criados pelos teóricos do Estado Novo com objetivo de transmitir à sociedade a doutrina oficial da época.

A Revista de Imigração e Colonização foi um periódico elaborado pelo Conselho de Imigração e Colonização em 1940. Formulada inicialmente para ser um

periódico de quatro volumes anuais e seu auge foi alcançado nos cinco do Estado Novo. Entre os anos de 1950 e 1952 apenas dois volumes foram publicados e após um intervalo de três anos, apenas mais um volume e em 1955 a publicação foi suspensa (PERES, 1998). Como produto do Conselho de Imigração e Colonização, a revista centrou – se na legislação da época, relatórios e pareceres. Além de artigos sobre o tipo de imigrante ideal, propostas de nacionalização de imigrantes e colônias instaladas no Brasil, construção de identidade nacional e restrições imigratórias, que receberam destaque nas publicações.

A opinião expressa nestes artigos era de inteira responsabilidade de seus autores e este fato sinalizado ao leitor a cada nova edição da revista. Além disso, dada a importância adquirida pelo tema da imigração durante esse período e anterior, os artigos poderiam ser inéditos ou reproduções do trabalho do autor, que anteriormente o publicou em outro periódico ou em apresentação de eventos, como por exemplo, conferências e seminários, cujo tema principal dos debates era a imigração e suas possíveis consequências.

Durante os cinco primeiros anos de publicação, entre os anos de 1940 e 1945, aproximadamente sessenta e sete artigos foram apresentados à sociedade através da Revista de Imigração e Colonização. Fica claro, a partir da análise dos artigos publicados no período entre 1940 e 1945, no total quinze volumes da revista, que o tema central dos artigos foi a seleção de correntes migratórias, porque segundo os próprios conselheiros, havia um perfil de imigrante desejável. Era desejável o imigrante europeu e branco, com atenção especial ao trabalhador rural e de preferência português. Por este motivo, aquele que não se enquadrava neste perfil era chamado de “inassimilável”, “indesejável” ou “alienígena”, por exemplo.

A concepção do imigrante como ser passível de seleção não foi uma inovação trazida pelo Estado Novo. Peres (1998) afirma que o modelo de imigrante ideal forjado na década de 1930 continuou o mesmo seguido por intelectuais da década de 1940 porque muitos estudiosos deste assunto em 1930 se tornaram posteriormente os principais colaboradores do governo e também da revista. “O imigrante ideal, considerado imprescindível para o progresso do país, continuava sendo, como na década de 1930, o agricultor, o técnico e o operário qualificado” (Op. Cit. PERES, 1997, p 55).

De maneira geral, colaboraram com as publicações da revista com artigos, pareceres ou relatórios: médicos, psiquiatras, higienistas, jornalistas, juristas, educadores e diplomatas. Homens que em sua maioria ocuparam cargos importantes no Estado Novo e que principalmente após a mudança na atuação do intelectual “homens de pensamento e ação”, encontraram espaço para a divulgação de seus ideais.

O discurso promovido pelos teóricos do Estado Novo sobre a população ideal respeitava o projeto de melhoria racial que deveria ser iniciado naquele período para assegurar o futuro do país e inseri-lo no contexto internacional. Segundo teóricos como Oliveira Vianna, o Brasil só poderia ser reconhecido internacionalmente como país desenvolvido quando sua população estivesse em pé de igualdade com o restante do mundo.

A REVISTA, OS INTELECTUAIS E A IMIGRAÇÃO

A História, enquanto ciência tem um longo caminho a percorrer, pois sua principal fonte de pesquisa é o homem. E este, embora aparentemente imutável, carrega o fardo e a dádiva de possuir conhecimento, transmitido e/ou adquirido e a liberdade de transformá-lo em ação. Neste sentido, analisar a trajetória de Francisco José de Oliveira Vianna e parte de sua obra sobre a temática da imigração e seleção de imigrantes, se faz necessária para compreender o discurso intelectual estado novista acerca dos imigrantes desejáveis e também sobre os indesejáveis. “(...) no imenso tecido dos acontecimentos, gestos e palavras de que se compõe o destino de um grupo humano, o indivíduo percebe apenas um cantinho” (BLOCH, 2001, p. 70)

Francisco José de Oliveira Vianna foi idealizador do Conselho de Imigração e Colonização e, durante a boa parte de sua vida, dedicou seus estudos à temática da formação e evolução do povo brasileiro. Neste viés, o autor se dedicou também à compreensão do processo imigratório e do tipo de imigrante ideal. Por este motivo, durante o Estado Novo suas publicações possuíram como tema principal a seleção de imigrantes.

Na Revista de Imigração e Colonização, dois artigos de autoria de Oliveira Vianna merecem destaque. O primeiro deles *Os imigrantes germânicos e eslavos e sua*

caracterização antropológica o autor diz claramente que a entrada de imigrantes do Leste europeu era perigosa para estrutura étnica do Brasil. Para Oliveira Vianna, a entrada de imigrantes alemães seria perigosa, visto que, embora brancos estes conjugavam de costumes de sua terra natal, mesmo em território brasileiro, portanto, não se assimilariam tão facilmente.

Em outro artigo intitulado *Os imigrantes semíticos e mongóis e sua caracterização antropológica*, Vianna posicionou - se contra a vinda de imigrantes judeus e asiáticos. Segundo Vianna, judeus eram inassimiláveis, assim como os asiáticos. Para ele, a população ideal deveria ser origem europeia e necessariamente branca, o que excluía pessoas de origem asiática e, pouco antes do estabelecimento do Estado Novo, os de origem judaica. Segundo o autor, os judeus eram inassimiláveis devido às suas profissões geralmente ligadas ao comércio que, devido o contexto da época eram consideradas parasitárias.

Sobre as restrições imigratórias, no artigo publicado em 5 de novembro de 1943 no periódico *A Manhã*⁹, Oliveira Vianna ressalta as diferentes percepções acerca do imigrante na “velha legislação” na Constituição Federal de 1941 e as elaboradas na década de 1930, especificamente 1934 e 1937. Neste artigo, o autor tece críticas às antigas leis imigratórias em voga até a década de 1930, que apenas se preocupavam com o imigrante enquanto “braço trabalhador”, já que incentivava a vinda de agricultores sem se ater à sua qualidade como elemento “plasmador da nacionalidade”, o que, na opinião dele, representava um risco à formação do povo brasileiro.

Para Oliveira Vianna, as leis imigratórias deveriam levar em consideração os critérios de seleção individual do imigrante, considerando seu grau de assimilação e interação com a sociedade brasileira como forma de evitar a formação de quistos étnicos. Recebeu destaque do autor o Decreto 9.081, de 1911, que era regulamento da imigração e colonização. Para Oliveira Vianna, este decreto não permitia a perfeita integração do imigrante com o solo brasileiro.

⁹ Entramos em contato com esta fonte a partir da leitura VIANNA, Oliveira. *Ensaio Inéditos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1991. Livro que reúne os textos de Oliveira Vianna publicado em 1991, quarenta anos após sua morte.

Em vez de estimular o imigrante a integra-se na nova pátria, a esquecer as suas ligações com a terra-mater, nós, ao contrário, o estimulávamos na permanência dos seus sentimentos nativos, no seu apego à pátria de origem! (VIANNA, 1991, p. 384)

Como no artigo "Os imigrantes germânicos e eslavos e sua caracterização antropológica" de 1940, Oliveira Vianna demonstra preocupação com a existência de núcleos colônias no território brasileiro. Segundo ele, o princípio da heterogeneidade obrigatória deveria ser posto em prática para a dissolução dos "quistos raciais", formados a partir de núcleos de imigrantes com afinidades étnicas e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para uma melhor compreensão do papel dos intelectuais no Estado Novo, se faz necessária a utilização do conceito de "intelectual orgânico" proposto por Gramsci (2000). A partir das leituras dos textos de Karl Marx, o filósofo italiano Antonio Gramsci elaborou suas próprias concepções acerca do que chamaremos aqui de classe intelectual. Segundo o autor, existem dois tipos de intelectuais. Os intelectuais tradicionais e os intelectuais orgânicos. Para ele, tradicionais ou clássicos são aqueles intelectuais que pertencem a alguma instituição e possuem determinado status perante o meio acadêmico. Já os intelectuais orgânicos, são aqueles que não possuem qualquer reconhecimento no meio acadêmico ou de qualquer instituição, mas que fazem parte de uma camada intermediária entre as classes dominantes e dominadas. São aqueles que conseguem decodificar os símbolos utilizados por ambas partes para que possa haver uma integração entre elas ou que no mínimo os interesses de uma ou de outra sejam atendidos.

Semerano (2006) retoma a concepção de Marx para falar da originalidade do pensamento gramsciano acerca dos intelectuais. Segundo Semerano, para Marx o intelectual não deveria se limitar apenas ao mundo das ideias e tão pouco se manter passivo perante as questões cotidianas. Deveria propor a resolução de tais questões e, em alguns casos, propor uma revolução. Para Semerano foi este o momento do

nascimento da filosofia da práxis e o ideal de intelectual comprometido com o grupo social do qual faz parte. Aos intelectuais cabia a função da formulação e divulgação das visões de mundo de seu grupo, portanto, das ideologias.

A originalidade do pensamento gramsciano acerca dos intelectuais se dá quando este, inspirado pelas concepções marxistas, aplica o conceito de intelectual comprometido com seu grupo no âmbito político das realidades da sociedade civil. O intelectual de Marx deixa de ser apenas militante político ou institucionalizado e passa, a partir de Gramsci, a ser um militante social. Assim, Gramsci rompeu com a noção de intelectual como ser autônomo e ampliou a gama de tipos de intelectuais.

Conforme dito acima, no Brasil, até a década de 1930, não havia uma identificação do grupo intelectual, nem com a sociedade e, muito menos com o Estado. No entanto, a transformação da concepção dos intelectuais ocorreu a partir da década de 1930 quando este grupo passou a interpretar o Estado como representante da ideia de nação, além de coordenador do corpo civil, já que a corporificação do Estado feita por estes intelectuais sugeria que o mesmo era cérebro capaz de coordenar e fazer funcionar harmonicamente todo organismo social.

Esta concepção recebeu ênfase durante o período do Estado Novo, pois, a política implementada por Getúlio Vargas neste período respaldou as preocupações do grupo intelectual. Foi o Estado Novo o período de maior engajamento e participação intelectual na política brasileira.

O período do Estado Novo é particularmente rico para a análise de relação entre os intelectuais e Estado, já que neste mesmo período se revela a profunda inserção deste grupo social na organização político – ideológico do regime (VELLOSO, 1987, p. 4).

Coube ao intelectual o papel de tradutor e transmissor. Tradutor dos anseios da massa e transmissor do discurso oficial do regime. Principalmente porque a política personalista de Vargas impunha, ao mesmo tempo em que estimulava, uma nova “missão” aos grandes pensadores da época, transformar teoria em prática de modo que a socialização do regime fosse alcançada. Assim a partir do Estado Novo “O

trabalho intelectual – agora engajado nos domínios do Estado – deve traduzir as mudanças no plano político” (VELLOSO, 1987, p, 11).

De acordo com Velloso (1987), a atuação intelectual durante o Estado Novo manteve – se na perspectiva missionária de guia dos destituídos como nas décadas anteriores. Contudo, a partir de 1937, foi adicionada a esta função a responsabilidade de popularização daquilo que era oficial. E com este intuito, muitos teóricos da época buscaram elaborar dispositivos dos mais diferentes matizes como forma de internalizar na sociedade o ideal do governo. Logo, no que tange ao tema da imigração e seleção de imigrantes, a Revista de Imigração e Colonização pode ser interpretada como mais um dispositivo utilizado por estes intelectuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D' Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2ª ed.ver. Campinas, São Paulo: editora da Unicamp, 2004.

BELARMINO, Camila Almeida. *Diálogos para construir uma nação: continuidades da questão nacional no pensamento social brasileiro nas páginas da revista de imigração e colonização*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2012,

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LESSER, Jefrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1995.

KOFMAN, Fábio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.p.104.

MAIA, João Marcelo E. Intelectuais, política e vida estatal: Vicente Licínio Cardoso como prefeito de São Gonçalo. IN.: PRADO, Maria Emilia (org.). *Intelectuais e ação política*. Rio de Janeiro: Revan, 2011. pp 163 -186.

PERES, Elena Pájaro. “Proverbial Hospitalidade? A Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945 – 1955)”. IN.: ACERVO, Revista do Arquivo Nacional, v.10, n 2 (jul – dez, 1997), Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998,p. 53 – 70.

SEMERARO, Giovanni. *Intelectuais “Orgânicos” em tempos de pós-modernidade*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n70/a06v2670.pdf>.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

VIANNA, Oliveira Os imigrantes germânicos e slavs e sua caracterização antropológica. IN.: *Revista de Imigração e Colonização*. Janeiro de 1940.

_____.Os imigrantes semíticos e mongóis e sua caracterização antropológica IN.: *Revista de Imigração e Colonização*. 1940

_____.*Ensaio Inédito*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1991.